



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005350-32.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **CLAUDINETE TEODORO DA SILVA**
Requerido: **CONTINENTAL MABE HORTOLÂNDIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido uma máquina de lavar roupas fabricada pela ré, a qual ainda no prazo de garantia apresentou vício de fabricação.

Alegou ainda que o produto foi encaminhado à assistência técnica, mas quando retornou parou completamente de funcionar.

Como a situação não foi sanada em trinta dias, almeja à restituição do valor pago.

A ré em contestação não impugnou especificamente os fatos noticiados pela autora e tampouco os documentos que ela amealhou aos autos.

Nesse contexto, não foi negado o primeiro vício de fabricação suscitado pela autora, bem como a superação do trintídio quando o produto, retornando do reparo, deixou de funcionar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como se não bastasse, o mandado de constatação de fl. 56 respalda a versão da autora, porquanto confirmou que a máquina efetivamente não mais funciona.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, o vício apontado pela autora deve ser reputado existente, a exemplo do decurso de trinta dias para que fosse reparado.

Nesse contexto, é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pela autora para a aquisição do objeto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes, com a inexigibilidade de qualquer débito a cargo da autora, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.390,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2011 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**